



**ESTADO DE GOIÁS**  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS  
GABINETE

**PORTARIA Nº 806 /2.006-GAB.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 17001580/2006 - 10.938, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Outorgar a **JOÃO SÉRGIO JACINTO**, casado, comerciante, inscrito no CPF sob o nº 710.822.808-44, RG nº 5.793.367 SSP/SP, por **12(doze)** anos o uso das águas da **Vertente Sem Denominação – Afluente do Córrego Santa Bárbara**, no trecho localizado na **Fazenda "Santa Elvira"**, município de **Santa Bárbara de Goiás**, Estado de Goiás, **para acumulação de água em dois barramentos contíguos.**

**Parágrafo Único** – Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão, deverão ser executadas no prazo de **01(um) ano**, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

**Art. 2º** - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS / SEMARH.**

**Art. 3º** - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hidrica realizada pelo ENGENHEIRO AMBIENTAL **ANDRÉ SEVERINO CORDEIRO, CREA-GO Nº 12221/D** e o Levantamento topográfico realizado pelo ENGENHEIRO CIVIL **NELSON JUNQUEIRA JÚNIOR, CREA-GO Nº 1737/D**, os quais tornam-se **Responsáveis Técnicos** perante o Governo do Estado de Goiás.

**Art. 4º** - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 20, de 18 de junho de 1.986 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1.995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. As barragens contíguas(duas) possuem um volume total acumulado útil mínimo de **155.684,87 m³ (cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e quatro vírgula oitenta e sete metros cúbicos)**, para atender a demanda hídrica de uma irrigação (P. 10.620) e a manter regularizada a vazão da **Vertente Sem Denominação – afluente do Córrego Santa Bárbara**;
- V. **Santa Bárbara**;
- VI. Verificar, junto aos Órgãos competentes, a necessidade de requerer o **Licenciamento Ambiental.**

condições impostas nesta Portaria.

**Art. 5º** - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das

as disposições em contrário.

**Art. 6º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas

**CUM PRA - SE.**

RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos

10 dias do mês de novembro de 2.006.

**HARLEN INÁCIO DOS SANTOS**  
Superintendente de Recursos Hídricos

**JOSÉ DE PAULA MORAES FILHO**  
Secretário